



Coordenação-Geral de Comunicação Social
Clipping 104/18 – quarta-feira, 13 de junho

Jornal A Crítica

- Capa – 03
- Decreto regulamentará obras com verba de P&D – 04
- Coluna Poucas Palavras – 05
- Produção de bicicletas acelera na Zona Franca – 06
- Coluna de Rogério Pina – 07

Jornal Diário do Amazonas

- Capa – 08
- CCJ do senado votará decreto sobre a ZFM – 09
- Produção de bicicletas do PIM cresce 10% em maio, diz Abraciclo – 10
- Nova Lei de Informática que afeta o PIM é sancionada por Michel Temer – 11

Jornal Em Tempo

- Capa – 12
- Michel Temer não recebe bancada, e parlamentares pressionam no Senado – 13
- Produção de bicicletas cresce 10% de janeiro a maio, no PIM – 14
- Coluna de Sérgio Frota – 15

Jornal do Commercio

- Coluna Follow-Up Empresarial: Voando às cegas – 16



VERBA DE PESQUISA POLÊMICA

Ministro diz que veto não afeta Ufam e UEA

Após protesto de reitores, ministro da Indústria diz que P&D de universidades não será afetado. PÁG. A3

Vetos do presidente>

Parcelamento Medida provisória aprovada pelo Congresso parcelou em 48 meses dívida de R\$ 2 bilhões das empresas do Amazonas e do resto do País que deixaram de investir P&D nos últimos cinco anos.



Repúdio Reitores da Ufam e UEA Cleinaldo emitiram nota de repúdio contra veto da Presidência da República que proíbe o uso das verbas de P&D em obras físicas dos institutos de pesquisa.

Regulamentação

O Ministério do Desenvolvimento vai emitir decreto regulamentando as estruturas físicas que poderão ser enquadradas como gastos P&D.

Decreto regulamentará obras com verba de P&D

Ministro do Desenvolvimento afirmou que universidades e centros de pesquisa do Amazonas não terão prejuízos com vetos do governo



A sanção, com três vetos parciais, da medida provisória 810/17, não mexeu com a emenda aprovada que destinava recursos ao Centro de Biotecnologia da Amazônia



Ministro Marcos Jorge disse que CBA é importante para a região Norte e para o País

ANTÔNIO PAULO
 antoniopaulo@acritica.com.br

BRASÍLIA (ACRÍTICA) - O Diário Oficial da União publicou ontem o despacho do presidente Michel Temer com três vetos ao Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2018 (MP 810) que traz alterações às Leis de Informática nacional e da Zona Franca de Manaus. Um dos vetos, proposto pelo Ministério do Planejamento, retirou os gastos com a ampliação e modernização de infraestrutura física dos institutos, centros de pesquisas e universidades.

O principal ponto da medida provisória 810/17, aprovada pelo Congresso Nacional, promoveu o parcelamento, em 48 meses, da dívida bilionária das empresas do Amazonas e do restante do País que deixaram de investir

Em números

6 bilhões

de reais devem ser aplicados em ciência e tecnologia em todo o País. Desse montante, cerca de R\$ 1 bilhão deverá ser investido em desenvolvimento tecnológico no Polo Industrial de Manaus, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento.

em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), nos últimos cinco anos. E terão que reinvestir no setor cerca de R\$ 2 bilhões.

O veto de Temer, retirando as construções e obras físicas dos

institutos de pesquisa, causou furor nos reitores da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Silvio Puga, e da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Cleinaldo de Almeida Costa, que emitiram nota de repúdio na segunda-feira, um dia antes da publicação do Diário Oficial da União, e acusaram o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Marcos Jorge, de ter patrocinado o veto. No extenso documento, os reitores "conclamam a comunidade científica e acadêmica da UEA e Ufam, e das universidades do Amazonas e toda a população do estado a repudiar o veto constante do PLV 6".

Ontem, o ministro do Mdic, Marcos Jorge, reagiu à nota de repúdio dos reitores das duas universidades amazonenses e

negou que tenha sido ele o autor do pedido de veto. "Antes de mais nada, não foi o Ministério da Indústria que pediu o veto ao parágrafo 24 do artigo 2º 8.387/91. Quem pediu ambos os vetos foi o Ministério do Planejamento. Mas, o que me causou surpresa foi a imprecisão da nota porque no ambiente acadêmico eu penso que sempre se persegue a informação verificável para tudo e qualquer coisa que se coloque no papel", declarou.

Segundo o ministro, o veto não prejudica em nada as universidades e reitera o que diz na própria nota de repúdio dos reitores: há muitos anos vem-se investindo através da lei de informática da Suframa nas próprias universidades. Explica que a grande questão que levou o Planejamento a solicitar o veto

Frase
 "Nenhum centro de pesquisa será prejudicado. Isso eu garanto. Nós temos um decreto regulamentador que passará por revisões para que possamos também modernizá-lo"

Marcos Jorge
 Ministro do Mdic

é que o texto proposto pelo Congresso Nacional deixava os investimentos em P&D para aquisição, reforma em infraestrutura e laboratórios muito abertos, deixando espaço para aplicações em obras não relacionadas a essa finalidade. Na lei, para Marcos Jorge, tem que entrar recursos para esse fim e não pode ficar tão aberto como estava antes do veto. "O que me pareceu ali foi conversa de corredor, sem se ater ao fato, ao documento. Se tivesse entrado em contato conosco, independentemente de Lei de Acesso à Informação, eu teria dado acesso à cópia da nossa manifestação sobre a medida provisória 810 de 2017. Espero que na próxima dívida, as universidades entrem em contato conosco antes de qualquer manifestação apócrifa".

Saiba mais

>> Veto livra o CBA

A sanção, com três vetos parciais, da medida provisória 810/17, não mexeu com a emenda aprovada que destinava recursos ao Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA). De acordo com o ministro Marcos Jorge, o processo que vai transformar o centro em Organização Social (OS) está em tramitação no governo federal. Já está na fase de qualificação da personalidade jurídica e até o final de 2018, ele acredita que todas as etapas estejam concluídas e o CBA esteja pronto para funcionar adequadamente, inclusive apto a receber os recursos da Lei de Informática.

Reitores protestaram

No último sábado (9), quando os reitores da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e Federal do Amazonas (Ufam) tomaram conhecimento sobre o veto em artigo da MP 810, que impediria o uso de recursos da Lei de Informática em infraestrutura física dos institutos e universidades, emitiram uma nota de repúdio contra o veto. Isso porque o artigo vetado acrescentava expressamente ao texto da Lei de Informática a possibilidade de serem enquadrados como dispêndios de P&D os gastos realizados na aquisição, implantação, ampliação ou modernização de infraestrutura física e laboratório de instituições científicas, tecnológicas e de inovação (ICTs). O manifesto dos reitores dava conta que, no caso da UEA, os investimentos que a instituição recebe via empresas e que viabilizaram a existência, por exemplo, dos Centros de Capacitação Samsung Ocean e do Centro de Desenvolvimento Unasus-Amazônia, seriam inviabilizados. Somente nesses dois centros, em menos de quatro anos, a UEA já realizou a capacitação de mais de 40 mil pessoas, e promoveu o desenvolvimento de sistemas e soluções tecnológicas.

frase

Duas perguntas para

Marcos Jorge MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, SERVIÇOS E COMÉRCIO EXTERIOR

1 A nota de repúdio dos reitores da Ufam e UEA afirma que os centros de pesquisa das duas universidades serão prejudicados com veto. Isso é verdade? Nenhum centro de pesquisa será prejudicado, isso eu garanto. Nós temos um decreto regulamentador (6008/2006) que passará por revisões para que possamos também modernizá-lo e no próprio decreto já há a previsão de investimentos em laboratórios, como vinha sendo feito. Penso que houve a preocupação do legislador de colocar isso dentro da lei, entretanto, ficou lá acrescido infraestrutura de forma muito genérica

ca e essa foi a preocupação do governo federal de promover o veto.

2 E se esses centros tecnológicos, universidades e institutos quiserem aumentar o tamanho do laboratório de pesquisa, fazer alguma reforma, é possível ou não? É possível ser feito, sim. Mas, é preciso observar o regramento da legislação. O que tem que ser analisado é o projeto e os benefícios que vão trazer para a sociedade, que vão trazer para a região. O que nós tivemos foram ganhos em aplicação no ecossistema de inovação; ganhos porque os recursos glosados po-

drão ser reinvestidos ao longo de quatro anos de forma parcelada sem prejudicar as empresas da região.

3 Nesse decreto, a ser publicado pelo Mdic, com os ajustes, poderá ser construído um novo instituto de pesquisa, uma nova obra voltada para pesquisa. Isso vai ser possível? Sim, vai ser possível desde que esteja focado para pesquisa e desenvolvimento. Serão analisados os projetos, obviamente, uma competência das equipes técnicas, mas não há nenhum impedimento de que seja feita uma nova obra.

**poucas
palavras >>**

“O que me pareceu ali foi conversa de corredor, da fofoca de bastidores sem se ater ao fato, ao documento. Se tivessem entrado em contato conosco, aqui no Mdic, independentemente de Lei de Acesso à Informação, eu teria dado acesso à cópia da nossa manifestação sobre a medida provisória 810 de 2017. Espero que a próxima dúvida, as universidades entrem em contato conosco antes de qualquer manifestação apócrifa”.

Do ministro do Mdic, Marcos Jorge.

ABRACICLO**Produção de bicicletas acelera na Zona Franca**

As fábricas de bicicletas instaladas no Polo Industrial de Manaus (PIM) produziram de janeiro a maio 281.089 veículos, correspondendo a uma expansão de 10% sobre as 255.567 unidades fabricadas no mesmo período de 2017. Os dados foram divulgados ontem pela Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo).

Para João Ludgero, vice-presidente do Segmento de Bicicletas da entidade, este crescimento comprova a tendência de expansão projetada para o segmento neste ano. A expectativa inicial era de uma alta de 9% na produção total de 2018, atingindo 727 mil unidades, em comparação com o volume fabricado no ano passado, que havia ficado em 667.363 unidades.

“Apesar do cenário econômico e político instáveis, há um sólido crescimento na primeira metade do ano. Acreditamos em crescimento de um ou até dois dígitos para o ano e, portanto, pretendemos avaliar as projeções no início do segundo semestre. A procura por bicicletas de alto valor agregado, que correspondem em grande parte à produção atual de Manaus, está impulsionando positivamente o mercado”, comenta João Ludgero.

A região Sudeste absorve metade da produção de bicicletas do PIM. O Sul fica com 24,3%.



Júlio Guimarães e Appio da Silva Tolentino na feijoada que Janete Fernandes promoveu na Bodega da Vila

3/ POLÍTICA

CCJ DO SENADO AVALIA PROJETO A FAVOR DA ZFM

Decretos legislativos devem ser votados hoje e tentam derrubar os efeitos do decreto de Temer que reduz incentivo do polo de concentrados



Benefícios O dispositivo do governo federal reduz de 20% para 4% a alíquota do IPI sobre os concentrados de bebidas

Fabio Rodrigues Pozzebom/ABR

Da Redação

redacao@diarioam.com.br

Manaus

O senador Eduardo Braga (MDB/AM) pediu, nesta terça-feira, o apoio e a mobilização dos representantes da Região Norte na votação, prevista para ser realizada hoje, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, dos decretos legislativos propostos por ele e pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) que sustam os efeitos do decreto presidencial 9.394/2018.

O dispositivo do governo

federal reduz de 20% para 4% a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre os concentrados de bebidas não alcoólicas, comprometendo o setor que atua no Polo Industrial de Manaus (PIM).

De acordo com o senador, o presidente Michel Temer teria uma reunião com o Ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, e o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, hoje (ontem). “Nós estamos tentando pressionar bastante e acho que essa votação pode efetivamente funcionar se conseguirmos aprovar”, disse. Braga disse, ainda, que acredita que o go-

verno federal está buscando uma alternativa. “Eu não posso ainda dizer que o governo está cozinhando porque ainda tenho uma esperança que haja uma solução”.

Durante a reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), a qual o senador preside, ele destacou que o decreto acaba praticamente com a Zona Franca de Manaus e com um dos poucos setores que está integrado ao interior do Estado. “Ele atinge o produtor de guaraná de Maués, Uruará, Boa Vista do Ramos, Barreirinha, Presidente Figueiredo e Eirunepé”, afirmou.

Braga alertou, ainda, que a

medida do governo federal leva insegurança jurídica aos demais segmentos presentes no PIM. “O governo, quando trata de retirar benefícios, olha exatamente para aqueles que são os elos mais frágeis da correlação de forças políticas no País. Somos nós, da Região Norte, pelo número de eleitores e de representantes na Câmara dos Deputados”, afirmou.

Enquanto isso, ressaltou o parlamentar, vigoram o Inovar-Auto e o Repetro, regimes de incentivo fiscal concedidos a setores reconhecidamente prósperos, o automotivo e o de petróleo e gás. “No caso do Repetro, é uma série de benefícios

exatamente agora, quando o barril do petróleo chega a US\$ 80 e com a Petrobras fazendo uma política irresponsável de reajuste dos derivados de petróleo. Isso está errado”, disse.

Segundo o parlamentar, essa escolha equivocada do governo federal repercute na BR-319 (Manaus-Porto Velho), e na falta de linhas de transmissão de energia para as áreas afastadas da Região Norte. “Continuamos sendo tratados como brasileiros de segunda classe”, criticou.

A reportagem tentou contato com o senador Omar Aziz, mas até o fechamento da edição não obtivemos retorno.

Produção de bicicletas do Polo Industrial de Manaus cresce 10% em maio, diz Abraciclo

As fábricas de bicicletas instaladas no Polo Industrial de Manaus (PIM) produziram de janeiro a maio do presente ano um total de 281.089 unidades, correspondendo a uma expansão de 10% sobre as 255.567 unidades fabricadas no mesmo período de 2017, conforme dados divulgados pela Abraciclo, Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores,

Motonetas, Bicicletas e Similares. Para João Ludgero, vice-presidente do Segmento de Bicicletas da entidade, este crescimento comprova a tendência de expansão projetada para o segmento neste ano. A expectativa inicial era de uma alta de 9% na produção total de 2018, atingindo 727 mil unidades, em comparação com o volume fabricado no ano passado, que

havia ficado em 667.363 unidades. "Apesar do cenário econômico e político instáveis, há um sólido crescimento na primeira metade do ano. Acreditamos em crescimento de um ou até dois dígitos para o ano e, portanto, pretendemos avaliar as projeções no início do segundo semestre. A procura por bicicletas de alto valor agregado, que correspondem em grande parte à produção atual de Manaus, está impulsionando positivamente o mercado", comenta João Ludgero.



Danilo Mello 18/08/08

Nova Lei de Informática que afeta o PIM é sancionada por Michel Temer

Legislação As novas regras mudaram os mecanismos para dinamizar e fortalecer as atividades de pesquisa e desenvolvimento no setor produtivo das tecnologias da informação e comunicação

Da Redação e Agência Estado
Redacao@diarioam.com.br

Brasília

O presidente Michel Temer sancionou, com vetos, a Medida Provisória 810, que trata de incentivos ao setor de informática. A Lei 13.674 foi publicada no Diário Oficial da União desta terça-feira.

A legislação aprimora os mecanismos para dinamizar e fortalecer as atividades de pesquisa e desenvolvimento no setor produtivo das tecnologias da informação e comunicação e faz alterações na Lei nº 8.248, de 1991 (Lei da Informática Nacional), e na Lei nº 8.387, de 1991 (Lei da Informática da Suframa).

A lei também cria o plano de reinvestimento a ser utilizado na hipótese de não aprovação, total ou parcial, dos demonstrativos de cumprimento das obrigações assumidas pela empresa beneficiada com os incentivos da Lei da Informática Nacional.

O Diário Oficial traz também a mensagem do presidente ao Senado Federal, com as justificativas para os vetos realizados. Um dos itens veta-



Empresas Nova Lei foi sancionada com vetos a incentivos em investimento em áreas que não são de pesquisa

dos dizia que poderiam ser enquadrados como "dispendios de pesquisa, desenvolvimento e inovação, para fins das obrigações previstas nesta Lei, os gastos realizados na aquisição, implantação, ampliação ou modernização de infraestrutura física e de laboratórios de pesquisa, desenvolvimento e inovação de ICTs, desde que realizadas e justificadas no âmbito de projetos de Pesqui-

sa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I)" e que poderiam ser aceitos os dispendios com as áreas dedicadas à administração, desde que não excedam 20% desses gastos.

Segundo as razões do veto, "não é razoável que gastos relativos às áreas dedicadas à administração, por não guardarem consonância direta com investimentos em PD&I, sejam ensejadores de incentivo

tributário".

Mercado

Enquanto o setor passa por uma atualização da legislação de incentivos para pesquisa, assim como no ano passado, o mercado brasileiro de PCs continua aquecido. Entre os meses de janeiro e março de 2018, foram comercializados 1,34 milhão de equipamentos, ou seja, 21% a mais do que o

registrado no mesmo período de 2017, quando foram vendidas 1,1 milhão de máquinas. Os dados fazem parte do estudo IDC Brazil PCs Tracker Q1, realizado pela IDC Brasil, líder em inteligência de mercado, serviços de consultoria e conferências com as indústrias de Tecnologia da Informação e Telecomunicações. Em receita, os PCs movimentaram R\$ 3,01 bilhões, 22,6% a mais do que no primeiro trimestre de 2017, quando os equipamentos geraram R\$ 2,51 bilhões.

"Normalmente, no primeiro trimestre há queda nas vendas de PCs. Este ano, como não houve aumento significativo do dólar no período, fabricantes e varejistas conseguiram manter os mesmos preços de 2017, o que explica o movimento de vendas favorável", diz Wellington La Falce, analista de pesquisa da IDC Brasil.

De acordo com o estudo da IDC, o destaque do mercado de PCs entre os meses de janeiro e março de 2018 foram os notebooks, que responderam por 60,3% das vendas, enquanto os desktops representaram 30,7%. O segmento corporativo cresceu 24% em relação ao primeiro trimestre de 2017, com 485 mil PCs.

]



ATAQUE À ZFM

Michel Temer não recebe bancada, e parlamentares pressionam no Senado

Mais uma vez a bancada do Amazonas perdeu a oportunidade de sustar o Decreto 9.398/2018 do governo federal, que reduziu o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos concentrados de 20% para 4%. Já que a reunião dos parlamentares com o presidente Michel Temer

(MDB), marcada para ontem (12), não foi realizada. E, enquanto não há um acordo verbal, os senadores Vanessa Graziotin (PCdoB) e Omar Aziz (PSD) se articulam para que a Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) aprove, hoje (13), no Senado, os projetos de decreto legis-

lativo, para sustar os efeitos da matéria.

Sobre este impasse, a deputada federal Conceição Sampaio (PP) classifica a situação como desesperadora, já que um dia perdido representa muito para o polo de concentrados, que está ameaçado. "A bancada trabalhou para

que esta reunião acontecesse hoje [ontem], mas queremos que aconteça o mais rápido possível, porque temos que resolver isso", disse a parlamentar. Ela destaca que o assunto, não é um tema que se pode esperar. "Um dia a mais é um dia a menos para nós. Temos que cobrar, e ele (presidente) tem que respeitar a gente", concluiu. Conceição aponta que a abertura deste precedente para os concentrados fragilizará ataques a outros segmentos da Zona Franca de Manaus (ZFM).

Outras projetos

Além destes projetos dos

senadores, ainda há decretos legislativos dos deputados federais Pauderney Avelino (DEM) e Silas Câmara (PRB). O de Pauderney pretende sustar os efeitos do decreto federal assinado por Temer em 30 de maio. Já o decreto de Silas visa a compensar o custo do acordo com os caminhoneiros para abaixar o preço do combustível. Dessa forma, a produção de concentrados no Amazonas gera um crédito de 20% para as empresas engarrafadoras solicitarem à Receita Federal. Com a redução, o governo espera arrecadar R\$ 740 milhões.

Apesar do resultado dos cinco primeiros meses do ano, as fabricantes sentiram um recuo no crescimento no mês de maio, quando registraram alta de apenas 1,4%

Produção de bicicletas cresce 10% de janeiro a maio, no PIM

As fábricas de bicicletas instaladas no Polo Industrial de Manaus (PIM) produziram de janeiro a maio do presente ano um total de 281.089 unidades, uma expansão de 10% sobre as 255.567 unidades fabricadas no mesmo período de 2017, conforme dados divulgados pela Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo).

Somente no mês de maio, foram produzidas 61.020 bicicletas no PIM, o que representa uma alta de 1,4% sobre o mesmo mês do ano passado (60.195 unidades). Já na comparação com abril do presente ano (61.370 unidades), houve praticamente uma estabilidade, considerando-se que ocorreu uma variação negativa de apenas 0,6%.

Para o vice-presidente do segmento de Bicicletas da entidade, João Ludgero, este crescimento comprova a tendência de expansão projetada para o segmento neste ano. A expectativa inicial era de uma alta de 9% na produção total de 2018, atingindo 727 mil unidades, em comparação com o volume fabricado no ano passado, que havia ficado em 667.363 unidades.

"Apesar do cenário econômico e político instáveis, há um sólido crescimento na primeira metade do ano. Acreditamos em crescimento de um ou até dois dígitos para o ano e, portanto, pretendemos avaliar as projeções no início do segundo semestre. A procura por bicicletas de alto valor agregado, que cor-



MÁRCIO MELO

respondem em grande parte à produção atual de Manaus, impulsiona positivamente o mercado", comenta João Ludgero.

Ainda segundo dados da Abraciclo, os volumes de bicicletas produzidas no PIM foram distribuídos para a comercialização nos primeiros cinco meses do ano, nas seguintes regiões do País: Sudeste, com 50% das unidades; Sul, 24,3%; Nordeste, 13,3%; Centro-Oeste, 7,5%; e Norte, com 4,9%.

Desempenho

Os dados divulgados pela entidade mostram também que em maio foram produzidas 34.392 bicicletas da categoria Urbana, correspondendo a uma retração de 2,3% sobre

abril (35.199 unidades). Mountain Bike, MTB, contou com 26.170 unidades, aumento de 2,8% na comparação com o mês anterior (25.466 unidades). Por último, a categoria Estrada totalizou 458 unidades, significando uma queda de 35% sobre abril (705 unidades).

Em participação, a Urbana aparece no topo do ranking, com 56,4%, seguida de MTB, com 42,9%, e Estrada, com 0,8%. Vale destacar que o segmento MTB vem crescendo, principalmente porque é um tipo de bicicleta muito utilizada para o uso urbano, apesar da sua aplicação clássica como veículo off-road.

As bikes da categoria Urbana/Recreacional são projetadas

a 29 polegadas, quadros full-suspension e/ou amortecimento frontal. Ideais para o uso em trilhas e terrenos acidentados.

Já as Estrada são bicicletas com aro de 700 milímetros, pneus estreitos tipo slick, quadro e garfo sem amortecimento. Destinadas às modalidades de performance no asfalto.

Importação e exportação

Segundo os dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), analisados pela Abraciclo, a importação de bicicletas em todo o território nacional totalizou 1.731 unidades em maio, queda de 61% na comparação com o mesmo mês do ano passado (4.438) e retração de 66% em relação a abril do presente ano (5.097). Na análise dos primeiros cinco meses do ano, foi registrado o volume de 38.558 unidades, o que representa recuo de 6,3% sobre o mesmo período de 2017 (41.166).

Já as exportações registraram elevação de 150,59%, sendo 634 unidades embarcadas para outros países em maio deste ano ante 253 unidades no mesmo mês de 2017. Na comparação com abril do presente ano (269 unidades), o volume exportado em maio cresceu 135,7%. No acumulado, foram exportadas 2.982 unidades, significando um aumento de 21,7% sobre as 2.451 bicicletas embarcadas para outros países, no mesmo período de 2017. Paraguai foi o principal destino das exportações, com 2.172 unidades, seguido pela Bolívia (654), México (150) e Colômbia (6 unidades).

para mobilidade urbana ou recreação fora da terra. Para isso, oferecem maior conforto, com posição de pedalar mais confortável, amortecimento frontal ou não, pneus slick (com banda lisa) e semi-slick (banda com cravos bem baixos ou desenhos), para-lamas ou não e luzes de segurança.

As Mountain Bike são bicicletas destinadas ao público adulto, geralmente com aros de 26

Abraciclo afirma que resultado comprova tendência de crescimento no ano, mas entidade estuda uma reavaliação da estimativa de aumento de 9% anunciada no final do ano passado



O CONSULADO GERAL DO JAPÃO EM MANAUS OFERECEU UM COQUETEL DE APRESENTAÇÃO A SOCIEDADE DE MANAUS DA NOVA CÔNSUL GERAL HITOMI SEKIGUCHI, NA TERÇA (05), NO NOVOTEL MANAUS. NA FOTO, A CÔNSUL GERAL HITOMI SEKIGUCHI E O SUPERINTENDENTE DA SUFRAMA, APPIO TOLENTINO



**Follow-Up
 EMPRESARIAL**

EDITOR RESPONSÁVEL
ALFREDO MR LOPES*

Voando às cegas

Estamos sem atualizar os indicadores da indústria desde janeiro deste ano. Ou seja, estamos impedidos de dizer se é publicidade ou é fato a afirmação do governo sobre o fim da crise. E não é só este o problema. As empresas têm passado, regularmente, suas informações de desempenho para a Suframa. Até porque serão penalizadas com a suspensão de seus cadastros se não o fizerem. Alega a Suframa que seu sistema está inoperante. Ora, seus técnicos são perfeitamente aptos a recorrer ao velho e bom Excel, para processar os tais indicadores de desempenho. O que não podemos é seguir voando às cegas. Isso impede Planejamento, prestação de contas, avaliação de percursos e satisfação ao contribuinte da

contrapartida recebida. Insistimos na atualização de dados para seguirmos a navegar em sol de brigadeiro, transparente, coerente e preche de elucidação. Temos sido alvos de frequentes ataques da mídia, e se não falarmos a mesma linguagem, defender os mesmos argumentos, usarmos os mesmos dados e indicadores iremos oferecer munição para os tablets alugados que produzem a futrica e a difamação.

Os buracos da desinformação

Desde 2013, este CIEAM tem feito a divulgação de desempenho dos indicadores de desempenho da indústria em moeda corrente no país, o Real, e em moeda corrente no mercado internacional, o Dólar. Não aceitamos as desculpas de que

a omissões dos indicadores se dá por recusa em reconhecer os desempenhos negativos. Neste momento, em que as adversidades se impõem, é a melhor hora do esclarecimento e da mobilização. Caso contrário, adotamos o padrão avestruz, optando pela escuridão que nos fragmenta o discernimento. Saber onde o sapato aperta, onde é preciso botar reparo, ratificar ou retificar escolhas, nos negócios, assim como nas relações, é absolutamente essencial. A inércia, ou seja, a opção pelos buracos em seu sentido físico e metafísico, tem explicado o atraso, os ensaios totalitários de intromissão do poder público em seus antigos desígnios de nos confiscar incentivos. E nada mais temerário e fator de fragilização de nossa economia, do

que descuidar da informação, renunciar a seus significados e deixar o barco do interesse público correr solto sem eira, nem rumo, nem beira.

Os buracos do verão ou da omissão

Foi tornada pública a iniciativa da Prefeitura Municipal em, passado o período das chuvas, retomar as obras de recuperação viária. Muito bem. Afinal, as ruas de Manaus mais parecem crateras lunares. Entretanto, o que não se viu, e não há surpresa na omissão, qualquer indicio de recuperação das ruas do Distrito I e II do Polo Industrial de Manaus. De que forma, empresas como Honda, Samsung, para citar algumas campeãs de emprego e renda, escolhidas pelos orgãos

da I Conferência Mundial de Gestão da Amazônia, terão de explicar o estado de abandono em que se encontram as ruas que lhes dão acesso, cobertas de buracos e invadidas por matagal? Nem Detroit, transformada em cidade símbolo da desindustrialização nos Estados Unidos ficou em estado tão lastimável como as ruas do PIM. E pensar que ali estão as empresas que pagam a metade de todos os impostos municipais e geram a movimentação de 85% das atividades econômicas desde Estado. Acredite se puder!!!

Os buracos da representação política

O tecido social está claramente desencantado com a Democracia representativa no

atual formato adotado pelo país. Na diferenciação entre aqueles que se elegem para fazer o bem e os que priorizam o se dar bem, os indicadores de insatisfação popular são alarmantes. As redes sociais são pródigas em ironias, gozações e pilhérias. Algo precisa ser feito, principalmente, diante do risco dessa insatisfação deixar tudo como está elegendo atores que aí estão, a maioria indiciados ou objetos de suspeição criminal. Há que se aumentar a dose de Democracia participativa, ampliando o debate e abrindo espaço para a renovação. O que não dá pra aceitar é o buraco formado pela omissão, como se a questão política não tivesse qualquer relação com a vida de cada um em todas as suas dimensões.

*esta Coluna é publicada às quartas, quintas e sextas-feiras, de responsabilidade do CIEAM. Editor responsável: Alfredo MR Lopes. cieam@cieam.com.br

